



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

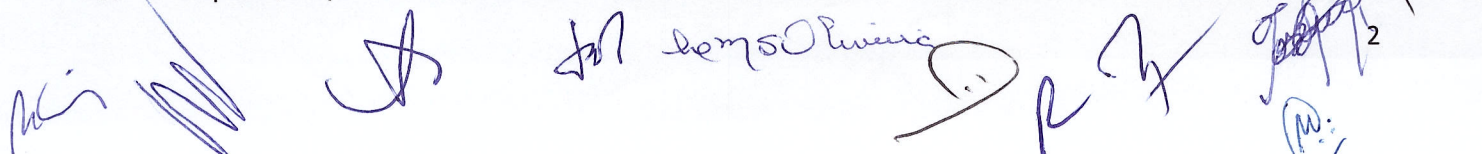
Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais

1

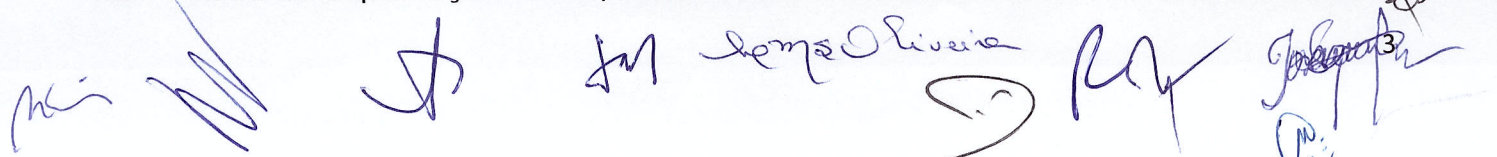
ATA DA 368ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2 No dia trinta e um de agosto de 2012, no auditório da Procuradoria Geral do Estado -
3 PGE, realizou-se a trecentésima sexagésima oitava reunião ordinária do Conselho
4 Estadual do Meio Ambiente – Cepram. Estiveram presentes o presidente Eugênio
5 Spengler, a secretária executiva Mariana Mascarenhas e Arivaldo Santos de Souza
6 representantes da Secretaria do Meio Ambiente – Sema e demais membros
7 integrantes deste Conselho: Agnaldo Bahia M. Neto – Assoc. de Hosp. e Serv. de
8 Saúde do Estado da Bahia, Adriano Stefano – Clivan, Agnaldo Bahia Monteiro Neto
9 – Ahseb, Albert Hartmann – Sicm, Ailton Araujo – Central dos Trabalhadores e
10 Trabalhadoras da Bahia - CTB-Ba, Almir Requião – Manguezal Meu Quintal, Ana
11 Paulo Meira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur, Arlinda Conceição
12 Dias Coelho – Sindicato da Indústria de Mineração, de Calcário, Cal e Gesso no
13 estado da Bahia – Sindical, Aurinézio Calheira – Comitê de Fomento Industrial de
14 Camaçari – Cofic, Cicero Gonçalves de Sena Netto – Fedcom, Claudio Antonio
15 Carilo de Magalhães – Copiba, Daniel Barreto – Inst. de Biod. e Desenvolvimento
16 Sustentável do Oeste da Bahia, Edvalda Pereira Aroucha – Agendha, Emídio Souza
17 Neto – Papamel, Ércio da Silva Araujo – Instituto Viver da Mata, Fabiana Araujo da
18 Silva – Prisma, Guilherme Moura – Faeb, Guilherme Galvão Pinto – Sind. Rural de
19 Barro Preto, Iglesias Cabalero – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico,
20 Irundi Edelweiss – Fieb, João Lopes Araujo – Aiba, Joaquim Quintiliano da F. Jr. –
21 Associação Comercial da Bahia, José Augusto Saraiva – Germen, José Luciano
22 Fiuza Jr. – Cetrel, José Roberto Celestino – Sinaenco, Josemário Martins – Sind.
23 dos Trab. e Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro, Julio Busato – Abapa, Kátia
24 Correia Lima – Seagri, Leila Marcia Oliveira – Sindicato Rural de Camacan, Letícia
25 Nobre – Sesab, Luis Galvão – Sindibrita, Luiz Vitor Ernesto Marsala – Ideia, Maria
26 Del Carmen – Alba, Mariana Nogueira Pereira – BMB, Marcos Gonçalves Almeida –
27 Seinfra, Miguel Accioly – Ufba, Luiz Carlos Sampaio de Carvalho – Sinduscon-Ba,
28 Mariana Nogueira L. Pereira – Bolsa de Mercadorias da Bahia, Martin Mayr – Ades,
29 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes, Osvaldina Rocha dos Santos Cruz –
30 Associação Flora Brasil, Renato Cunha – Gambá, Ricardo Eugênio – Sindpacel,
31 Sergio Bastos – Sinpeq, Sueli Abad – Ascae. O conselheiro Eugênio Spengler
32 cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta.
33 Constaram em pauta: apreciação da ata de reunião de Posse dos membros deste
34 Conselho, biênio 2012/2014; escolha dos membros integrantes do Conselho
35 Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – Ferfa (titular e
36 suplente); escolha dos membros integrantes para compor a Câmara de
37 Compensação Ambiental – CCA (titular e suplente); definição da composição das
38 Câmaras Técnicas; Apresentação da Nota Técnica referente à Solicitação para
39 delegar a Ciea a competência para exercer a função de Câmara Técnica de
40 Educação Ambiental do Cepram; Planejamento para o Colegiado. Após a

41 apresentação dos pontos de pauta ao plenário, o conselheiro Daniel informou que
42 seria demandado no decorrer da reunião um abaixo assinado para propor uma
43 Moção de apoio e proteção do Bioma Caatinga; citou os pontos da pauta; ressaltou
44 que, para escolha dos nomes para compor o Conselho de Fundos de Recursos
45 Hídricos e Meio Ambiente, bem como a Câmara de Compensação Ambiental não
46 contempla membros do Setor Público; submeteu a pauta à apreciação dos
47 conselheiros; passou a palavra ao conselheiro Daniel que registrou o
48 encaminhamento de um pedido de Moção em caráter de urgência sobre a Caatinga
49 a ser submetida à aprovação do plenário. O conselheiro Eugênio Spengler colocou
50 em apreciação a ata da reunião de posse. A conselheira Letícia Nobre registrou uma
51 pequena alteração na ata e deverá ser reapresentada na próxima reunião para
52 aprovação. A conselheira Edvalda Aroucha sugeriu distribuir cópias das atas para os
53 membros. Passou para a escolha de dois representantes para compor a Câmara de
54 Fundo na condição de titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil e do
55 Setor Econômico, no caso da Câmara de Compensação Ambiental será uma
56 representação na condição de titular e suplente, conforme entendimentos mantidos
57 com o plenário; sugeriu estabelecer a atuação dos representantes durante um
58 mandato de um ano, no segundo ano inverteria a condição de titular e suplente;
59 propôs que haja um rodízio de titularidade com a garantia de que titular e suplente
60 participem do processo de decisão nas reuniões. A sociedade civil decidiu a garantia
61 de se manter um rodízio entre as representações, no primeiro ano do mandato,
62 ficaria a titularidade com o Setor Empresarial e a Sociedade Civil como suplente, e
63 que seja aplicado o mesmo procedimento no Conselho de Recursos Hídricos –
64 Conerh concomitante com o período. Para compor o Fundo Estadual do Meio
65 Ambiente pela Sociedade Civil: conselheira Sueli Abad, titular, representante da
66 Ascae, conselheiro Josemário Martins, suplente representante da Fetag, pelo Setor
67 Econômico: conselheiro João Lopes, titular, representante da Aiba, e conselheiro
68 Joaquim Fonseca, suplente, representante da Associação Comercial da Bahia. Para
69 compor o Conselho Deliberativo da Câmara de Compensação Ambiental: pelo setor
70 Econômico, conselheiro Sergio Bastos, titular, Fieb; pela Sociedade Civil,
71 conselheiro José Augusto Saraiva, suplente, Germen; informou o resultado da
72 escolha e indicação das representações para composição das Câmaras Técnicas:
73 para compor a Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada, pelo setor
74 público: titular e suplente da UPB, titular Sema e suplente Seinfra, titular Seagri e
75 suplente Sicm; pelo setor empresarial: titulares Paisart, Bahiagás e Abapa, suplentes
76 Sinduscon-Ba, Fedcomércio e Abaf; pela sociedade civil: titulares Ascae, Fetag e
77 Germen, suplentes Prisma, Ideia e Terra Viva; para compor a Câmara Técnica de
78 Políticas Pública: titulares Sedur, Seinfra e Sesab, suplentes Sedur, Sema e
79 suplente da Sesab a definir; pelo Setor Empresarial, titulares Cofic, Sindpacel e
80 Faeb, suplentes Sinpeq, Sinaenco, Sindbrita; pela Sociedade Civil: titulares
81 Agendha, Bioeste e Uneb, suplentes Gambá, Instituto Búzios e Germen; Para
82 compor a Câmara Técnica de Biodiversidade: pelo Setor Público titular e suplente,
83 Seagri, Sema e MMA; Pelo Setor Empresarial: titulares Abes, Cetrel e sindfibra,
84 suplentes: Faeb, Aiba e Sindbrita; pela Sociedade Civil: titulares Ideia, Papamel e
85 Copiba, suplentes Viver da Mata, Uefs e Cepedes. Para compor a Câmara Técnica



86 de Assuntos Jurídicos; destacou que será encaminhada para apreciação na próxima
87 reunião a proposta de alteração da composição dessa Câmara; enquanto isso ficou
88 definida a composição: pelo setor público, titular e suplente Sedur, Sema e Sicm;
89 pelo setor econômico titular Fieb, Faeb e Asheb, suplentes Sindical, Abaf e BMB;
90 pela sociedade civil, titulares Gambá, Ideia, Sindiquímica, suplentes Germen,
91 Bioeste e CTB. O conselheiro Emídio Souza citou a necessidade de discutir um
92 Plano de Irrigação que seja sustentável para o Estado da Bahia; obter informações
93 da gestão ambiental do Estado em relação à integração dos órgãos do Estado no
94 sentido de implementar essas políticas; realizar reuniões deste Conselho pelo
95 interior da Bahia. O conselheiro Martin Mayr falou sobre os graves problemas de
96 supressão vegetal ocorridas no Cerrado. A conselheira Edvalda falou das questões
97 levantadas dentro do planejamento e suas associações; ressaltou que em relação a
98 agricultura está associada a criatório. O conselheiro Josemário Martins sugeriu criar
99 uma Câmara Técnica de Agro ecologia. O conselheiro Eugênio Spengler disse que a
100 sugestão foi acatada ressaltando que deve ser formalizada através da Câmara
101 Técnica de Assuntos Jurídicos; em seguida apresentou a Nota Técnica referente à
102 solicitação de delegar a Ciea a competência de exercer a função de Câmara Técnica
103 de Educação Ambiental do Cepram; fez a leitura na íntegra. O conselheiro Emídio
104 Souza fez algumas observações com relação ao fortalecimento dessa Câmara no
105 âmbito do Conselho. A conselheira Leila Oliveira registrou que esse pedido fora
106 encaminhado ao Conerh para análise dentro do Regimento, a qual já foi analisada
107 pela Procuradoria Geral do Estado – PGE. O conselheiro Daniel Barbosa destacou
108 que a intenção da Ciea era deliberar diretamente a questão da educação ambiental.
109 O conselheiro Renato Cunha disse que essa discussão já vinha ocorrendo há algum
110 tempo; ressaltou que o papel da Ciea era elaborar e implementar a questão de
111 educação ambiental no Estado a partir de articulação com os Colegiados, evitando
112 repetir discussões desvinculada dessa Comissão; o texto foi discutido por demais
113 conselheiros. O conselheiro Eugênio Spengler propôs encaminhar o pleito a Câmara
114 Técnica de Políticas Pública a ser discutido no âmbito da revisão do Regimento
115 Interno e todos concordaram. _Passou para apresentação do planejamento de
116 reuniões deste Conselho; informou que foi realizada reuniões com todos os
117 Segmentos a nível Setorial; registrou que foi apresentado alguns pontos entendidos
118 prioritários para Secretaria; disse que a proposta era apresentar uma agenda
119 mínima a partir de algumas colocações feitas pelos Segmentos; ressaltou que,
120 algumas demandas estavam previstas para discussão nas Câmaras Técnicas, a
121 exemplo de alterações de algumas Resoluções, principalmente a 3.925 de 2009,
122 que trata do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, bem como proposta de
123 alteração da Resolução 3.814/2007, que aprovou o Regimento Interno; citou os itens
124 que foram registrados, considerados prioritários, tais como: normas técnicas,
125 audiências pública, bem como algumas ações em andamento e ou previstas para
126 realização de acordo ao cronograma estabelecido; ressaltou que alguns itens
127 deverão ser tratados entre os dois Colegiados; destacou algumas apresentações
128 solicitadas por Segmentos da Sociedade Civil e outros, tais como Seia, Cefir,
129 Compensação Ambiental, Situação do Bioma Cerrado (Bioeste); informou sobre o
130 curso de capacitação semi-presencial para Cepram, Conerh e Ciea previsto para



131 início em outubro/dezembro; salientou que este Colegiado poderá propor pautas
132 com especialistas sobre temas que precisam ser aprofundados no Cepam
133 referentes as minutas dos Projetos de Lei de Política Estadual Florestal, Incentivo ao
134 Pagamento por Serviços Ambientais, Inspeção Veicular Obrigatória; Proposta
135 preliminar do ZEE para Consulta Pública; Revisão do PEMA, PERH e Decreto de
136 regulamentação da Política Estadual de Recursos Hídricos; Mapeamento da
137 Cobertura Vegetal; Acompanhamento dos Planos de Manejo de Ucs e informações
138 sobre os Planos de Bacia; registrou que qualquer membro do Conselho poderá
139 enviar a Secex sugestão de pauta; Eugenio Spengler sugeriu criar um grupo de
140 trabalho vinculado ao Cepam e Conerh podendo envolver a Ciea de
141 acompanhamento para elaboração das políticas públicas das ações citadas para
142 que possa garantir uma visão mais integrada; registrou que a Sema já estava
143 trabalhando a primeira versão da proposta do anteprojeto de Lei da Política Estadual
144 de Floresta que demandará uma discussão extensa; A conselheira Edvalda Aroucha
145 falou que pode levar experiências com relação as políticas do código florestal para
146 discussão. O conselheiro Renato Cunha fez colocações com relação às quantidades
147 de demandas apresentadas pela Secex; destacou que uma das funções exercidas
148 pelo Conselho que dispõe de muito tempo seria com relação à questão das
149 discussões referentes aos processos recursais; sugeriu a criação de uma Câmara
150 Técnica Recursal específica para tratar dos fatos geradores que formam esses
151 processos facilitando a conclusão dos mesmos; fez algumas observações sobre a
152 organização da pauta; sugeriu que os temas sugeridos pelos representantes deste
153 Conselho devem ser apresentados de forma a gerar encaminhamentos; fez
154 destaque com relação à solicitação da entidade Bioeste sobre Cerrado, que possa
155 discutir políticas efetivas para cada bioma; registrou que o Gambá apresentou o
156 Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica no município de Ilhéus; disse que
157 pretendia apresentar essa mesma proposta neste Conselho como forma de motivar
158 o Estado criar um programa de fomento aos planos municipais de Mata Atlântica. O
159 conselheiro Daniel Barbosa falou sobre as solicitações de apresentações
160 encaminhadas a Secex referentes à situação do bioma Cerrado, informações sobre
161 a situação atual das Compensações Ambientais em análise na Câmara de
162 Compensação, situação ambiental da jazida de tálio descoberta no Oeste Baiano no
163 município de Barreiras, licenciamento ambiental e outras questões. O conselheiro
164 Iglesias Cabalero propôs que os assuntos fossem tratados antes nas Câmaras
165 Técnicas; fez comentários sobre o passivo ambiental existente no município de
166 Santo Amaro; identificar os trabalhos existentes e ações que visem buscar soluções
167 para os problemas causados, para que o Conselho manifeste uma resposta à
168 sociedade; propôs incluir como ponto de pauta no planejamento deste Conselho. O
169 conselheiro Josemário Martins destacou o lançamento do Edital lançado para
170 financiamento de projetos de Educação ambiental; disse que esperava serem
171 lançados outros Editais que possa contemplar a gestão ambiental compartilhada
172 com objetivo de promover o Prêmio Ambiental por reconhecimento àquele município
173 que melhor desempenhar a gestão ambiental. O conselheiro Melquíades Oliveira
174 falou de sua preocupação com o volume de sugestões apresentadas com relação às
175 demandas que gerarão discussões neste plenário; propôs que fosse formada uma

176 Comissão para aproveitar todas as sugestões de pauta para ampliar as discussões a
177 nível Estadual considerando a competência do Governo de realizar audiências e
178 conferências públicas; destacou que, com relação ao ZEE como Plano Estadual
179 considerava que essa discussão deverá ser levada a toda Comunidade do Estado
180 da Bahia. O conselheiro Eugênio Spengler informou que estava em discussão com a
181 Universidade Federal do Recôncavo uma estratégia para a questão do chumbo de
182 Santo Amaro; disse que existia uma preocupação, inclusive da própria Universidade
183 que propõe criar um Centro Tecnológico voltado para recuperação de áreas
184 degradadas nesses níveis, algumas coisas estão sendo gestadas. Passou aos
185 relatos de processos adiados: 2008-000937/TEC/AIAD-0080 - EMBASA S/A - Auto
186 de Infração de Advertência, município de Camaçari, Apresentar Solução técnica
187 sobre os esgotos lançados "in natura" na Avenida Pernanduba proveniente da rede
188 coletora de esgoto da Rua do Jasmin, caminhos 4 e 5 que vêm colocando em risco a
189 saúde da população; Ampliar o sistema de distribuição da rede de água no local e
190 Realizar análise físico-químico e bacteriológico da água das cacimbas para
191 averiguar possível contaminação, com pedido de cancelamento do Auto de Infração
192 de Advertência, conselheiro relator Marcello Nunes; a conselheira Kátia Lima
193 representou o relator, apresentou o voto pela manutenção da penalidade. O
194 conselheiro Eugênio Spengler colocou em discussão e não houve manifestação
195 contrária; considerou concluído esse processo. Processo nº 2009-029593/TEC/AIIN-
196 0190 - OSVALDO AMORIM SILVA - Auto de Infração de Interdição Temporária
197 Supressão de 0,5 ha de vegetação do bioma cerrado sem autorização necessária,
198 município Rio de Contas; o conselheiro relator Josemário Martins manifestou pedido
199 de diligência justificando necessitar mais informações. Processo nº 2008-
200 013124/TEC/AIAP-0094 - GILVANDO SANTOS SILVA, Auto de Infração de
201 Apreensão, Apreensão de carga contendo 52 sacos de carvão vegetal de espécies
202 nativas da região, transportadas sem Documento de Origem Florestal (DOF),
203 município de Piritiba, com pedido de Improcedência do Auto de Infração, conselheiro
204 relator Ailton Araujo. O conselheiro Iglesias Cabalero apresentou o voto do relator
205 por motivos de sua ausência; foi sugerida a manutenção da penalidade. O
206 conselheiro colocou em discussão e não houve manifestação contrária. Em seguida
207 passou a apreciação dos processos novos: Processo nº 1420090000554 - Prefeitura
208 Municipal de Igrapiuna - Adequação aos artigos 7º e 8º da Resolução Cepam
209 3.925/09; manifestação da opção referente ao nível de licenciamento estabelecido
210 no ANEXO ÚNICO, visando à publicidade de sua competência ao nível III, com
211 pedido de vistas pelo conselheiro Emídio Souza durante a reunião de 13 de julho de
212 2012; registrou que o pedido de vista foi motivado pela necessidade de mais
213 informações; disse que teve acesso ao parecer jurídico da Sema e diante disso
214 manifestava favorável ao reconhecimento do pleito solicitado, porém solicitou que a
215 conselheira Sueli Abad desse ciência de sua opinião referente ao pleito, conforme
216 manifestado em seu voto. A conselheira Sueli Abad citou as recomendações
217 constatadas no parecer do membro integrante da Câmara Sr. Alberto Guimarães
218 nos autos do processo, no qual registrou que o município não atendeu integralmente
219 as recomendações, portanto pediu a manutenção da diligência. A conselheira Sueli
220 Abad fez análise dos documentos encaminhados pelo município e opinou pelo

reconhecimento ao nível pleiteado, concordando com algumas considerações manifestadas pelo então membro dessa Câmara Sr. Alberto Guimarães, tais como, fortalecimento dos municípios dentro do Convênio com Consórcio Ciapra; esclarecer o organograma; reforçar o nível da equipe técnica. O conselheiro Melquiades Oliveira registrou que o Conselho do meio ambiente de Eunapolis foi dissolvido, e instalado outro exclusivo do Prefeito; manifestou preocupação quanto às ações de gestão ambiental nesse município. O conselheiro Eugênio teceu alguns esclarecimentos e falou que o Estado tem os órgãos de controle para essas questões. Passou a falta do Sr. Damião diretor de Educação e Meio Ambiente do município de Igrapiuna afirmou que o município tinha um interesse pelas questões ambientais; garantiu que o município desenvolve programas de educação ambiental mais precisaria intensificar essas ações, disse que pretendia transformar o município em modelo educação ambiental. Em seguida o conselheiro Eugênio colocou em votação a manifestação conjunta do conselheiro Emídio Souza e da conselheira Sueli Abad e foi aprovado o reconhecimento da competência ao município no nível III pela maioria do plenário. Passou para o que ocorrer: informou que foi publicado o contrato com a Universidade de Brasília para realizar o Concurso da Sema, com previsão de lançar o Edital em setembro e realização das provas em outubro; registrou que esta Secretaria assinou contrato com o Ministério do Meio Ambiente no valor de 61 milhões para instalação de 385 dessanilazadores. O conselheiro Eugênio Spengler registrou que concedeu "Ad Referendum" ao Processo nº 14200090001356 - Prefeitura Municipal de Juazeiro com solicitação de mudança de nível II para o nível III e o mesmo será encaminhada ao conhecimento da Câmara Técnica de GAC; em seguida foi lida a minuta de apoio à proteção do Bioma Caatinga proposta pela sociedade civil com várias assinaturas; colocou em discussão; alguns comentários sobre imediata criação da Unidade de conservação. O conselheiro Júlio Busato disse em sua opinião deveria resolver inicialmente os problemas das Unidades de Conservação que estão funcionando precariamente. A conselheira Edivalda Aroucha disse que, considerando o baixo conhecimento da população sobre as espécies nativas, além das poucas informações do Governo e Universidade, discordava considerar como proteção integral; disse que o estudo apontará. O conselheiro Josemário Martins sugeriu agregar além de proteção integral, outras Unidades de uso sustentável, bem como a questão das áreas de Fundo de Passos que sejam reconhecidas como Unidade de Conservação do Sistema Estadual com modalidade própria. Foi sugerido suprimir o parágrafo que fala sobre "...considerando o baixo conhecimento da população" e onde fala da "...área de proteção integral.." acrescentar "...e ou sustentável". O conselheiro Eugênio Spengler colocou em votação e foi aprovada por unanimidade; informou que a Sema estava com um estudo de criação de Unidades de Conservação no Semi-Árido, além da ampliação do Parque Estadual do Abaeté, criação de uma Unidade na região de Ilhéus, além da discussão da nova poligonal do Parque Morro do Chapéu em fase final da consulta pública, considerando mais algumas em estudo nas regiões da Caatinga e Cerrado; disse que o Estado deve ter políticas das Comunidades do entorno do interior para melhorar a qualidade de vida.

265 Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta
266 Ata que vai assinada por mim e os demais membros integrantes deste Colegiado.
267 Salvador, 31 de agosto de 2012.

268 **Presidente:** Eugênio Spengler

269 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

270 **Membros:**

271 Adriano Stefano - Clivan

272 Agnaldo Bahia Monteiro Neto - Ahseb

273 Albert Hartmann - Sicm

274 Ailton Araujo - CTB-Ba

275 Almir Requião - Manguezal Meu Quintal

276 Ana Paulo Meira - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur

277 Arlinda Conceição Dias Coelho - Sindical

278 Aurinézio Calheira - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - Cofic

279 Cicero Gonçalves de Sena Netto - Fedcom

280 Claudio Antonio Carilo de Magalhães - Copiba

281 Daniel Barreto - Bioeste

282 Edvalda Pereira Aroucha - Agendha

283 Emídio Souza Neto - Papamel

284 Ércio da Silva Araujo - Instituto Viver da Mata

285 Fabiana Araujo da Silva - Prisma

286 Guilherme Moura - Faeb

287 Guilherme Galvão Pinto - Sind. Rural de Barro Preto

288 Iglesias Cabalero - Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico *finis B. L. e. L.*

289 Irundi Edelweiss - Fieb

290 João Lopes Araujo - Aiba

291 Joaquim Quintiliano da F. Jr. - Associação Comercial da Bahia

292 José Augusto Saraiva - Germen

293 José Luciano Fiuza Jr. - Cetrel

294 José Roberto Celestino - Sinaenco

295 Josemário Martins - Sind. dos Trab. e Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro

296 Julio Busato - Abapa

297 Kátia Correia Lima - Seagri

298 Leila Marcia Oliveira - Sindicato Rural de Camacan *Leila M. S. Oliveira*

299 Letícia Nobre - Sesab

300 Luis Galvão - Sindibrita

301 Luiz Vitor Ernesto Marsala - Ideia

302 Maria Del Carmen - Alba

303 Mariana Nogueira Pereira - BMB

304 Marcos Gonçalves Almeida - Seinfra

305 Miguel Accioly - Ufba

306 Luiz Carlos Sampaio de Carvalho - Sinduscon-Ba

307 Mariana Nogueira L. Pereira - Bolsa de Mercadorias da Bahia - BMB

308 Martin Mayr - Ades

309 Melquiades Spinola de Oliveira - Cepedes

310 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora Brasil

311 Renato Cunha - Gambá

312 Ricardo Eugênio - Sindpapel

313 Sergio Bastos - Sinpeq

314 Sueli Abad - Ascae

315 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

316 Eliuda Soares
317 Marilia Gavazza

